Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

As representações sociais de poder na escola, sob a égide da cidadania

Raissa Jorge Alvarenga Fragoso (UNICARIOCA)

raissafragoso1@gmail.com

Leonardo Monteiro Trotta (UNICARIOCA)

ltrotta@unicarioca.edu.br

***Resumo**: O presente trabalho tem como objetivo, o estudo temático acerca das representações sociais de poder na escola, sob a égide da cidadania. A pesquisa busca fazer um estudo analítico sobre as representações sociais de poder que acontecem no ambiente escolar. Nesse contexto é preciso reconhecer a existência de inúmeras formas do poder representar-se, levando em conta que para que haja uma relação de poder diretiva é preciso a presença de dois ou mais indivíduos inseridos num contexto social, seja em instituições das mais variadas possíveis, como: hospitais, escolas, (que é nosso objetivo de estudo), ONG's e etc... que aqui tem a pretensão de discutir e não negá-lo. A escola é um cenário recheado de relações sociais que ultrapassam os limites da sala de aula. Portanto, pressupõe a ideia de que todos os sujeitos envolvidos neste processo, o que traduzem-se no que chamamos de comunidade escolar, sustentam e compõem o pilar de tal instituição; entendendo a escola como espaço social privilegiado de convivência e de relacionamentos, faz-se notório o entendimento de que é nesse ambiente que o desafio de formar e educar se constrói, para o favorecimento de diálogo e posturas menos autoritárias, para que as relações possam ser vividas numa atmosfera de convivência pacífica e humanizadas.*

***Palavras-chave**: Espaço Escolar; Relações de Poder e Cidadania*

***Abstract**: The present study aims at the thematic study about social representations of power in the school, under the aegis of citizenship. The research seeks to make an analytical study on the social representations of power that happen at school. In this context, the existence of numerous forms of power to represent itself must be recognized, taking into consideration that a relation of power directive can only exist with the presence of two or*

more individuals inserted in a social context, such as hospitals, schools, (which is our goal to study), NGOs and so on. This study intends to discuss and not deny it. It is also important to note that there is no power directive, which are ideologies of mass manipulation, the order of the collective consciousness, made by the media and, finally, the power of personal consciousness and unconsciousness, in which a subject or group lock a battle mental, moral and ethical itself. Therefore, the idea assumes that all individuals involved in this process, which is reflected in what we call "the school community", sustain and make up the pillar of such an institution. Understanding the school as a social privileged place of living and relationships, it is notorious the understanding that this environment is the challenge of forming and educating builds, for favoring dialogue and less authoritarian attitudes, so that relations can be lived in an atmosphere of peaceful and humane coexistence.

***Keywords**: The School, Power Relations and Citizenship;*

1. Introdução

As constantes mudanças e o avanço no campo da ciência e da tecnologia nas últimas décadas transformaram, radicalmente, o cenário do Mundo. A mudança afetou todas as esferas da vida humana, social, econômica, tecnológica, cultural e política.

Nota-se, que o progresso técnico, econômico, social, político e tecnológico culminou em uma realidade em que os desafios a enfrentar assumem uma nova natureza, que impõem por si um novo modelo de sociedade.

Nas áreas tecnológicas, econômicas e sociais, estamos inicialmente vivenciando o mundo da quarta revolução industrial.

É o que chamamos de Globalização, um modelo econômico que possibilitou a interdependência em escala sem precedentes históricos universais. Na esfera política e da convivência social, por outro lado, vivemos o momento histórico da afirmação da democracia como único sistema sobrevivente das idéias do século XX.

Quando falamos de ética, falamos de seres humanos, da questão antropológica, que nos dias atuais, tem caráter indisponível, para a compreensão do futuro da humanidade. Daí a visão de ter a educação escolar passou a ser condição para ser cidadão. A educação com isso passa a ganhar destaque cada vez maior, uma vez que ela prepara o indivíduo para a vida em sociedade, dando oportunidade para o enfrentamento de desafios propostos pelo mundo moderno.

A formação da cidadania está intimamente ligada á construção do conhecimento, do acesso a ele, uma vez que educação é parte constitutiva do que chamamos de cidadania.

Por sua vez refletir sobre as relações que se constroem dentro do contexto escolar, é nosso objeto de estudo, em especial, transcrito na figura da escola e, sobretudo frente à inquietação e anseios relacionados à postura, concepções, práticas, relacionamentos e acontecimentos oriundos da ambiência escolar.

A pesquisa propõe analisar as relações de poder que se dão no espaço escolar, através das relações construídas entre professor, aluno, gestor e a escola como um to-

do, bem como, a necessidade de pensar posturas pedagógicas, educativas, no intuito de conhecer como se tecem essas relações no interior da escola.

Entendendo a escola como sendo espaço de inserção social onde o indivíduo se desenvolve como cidadão, a ela, cabe a tarefa de educar para a convivência, a tolerância, para a libertação do indivíduo em sua plenitude, sobretudo, numa sociedade onde parece imperar o imperativo, as relações de desigualdade.

Portanto, ela é responsável por ampliar a comunicação entre os sujeitos. É nas práticas cotidianas elementares que se observam atitudes e posturas que perceptivelmente, reforçam condutas autoritárias, unilaterais, burocráticas e desumanas que aprisionam este sujeito interlocutor.

Contudo, a Escola, como instituição formativa é chamada a cumprir sua tarefa, cuja a finalidade é ser educadora, promovendo a construção particular de cada sujeito individual que age no mundo e sobre o mundo.

Enquanto educadora, educa, quando se coloca e também sob o silêncio conformista. A ela cabe o educar para todos, sob o princípio que rege a Constituição promulgada em 1988, no respeito à diversidade cultura, social, política e ideológica de cada ser humano.

Assiste-se nos espaços institucionais do sistema educacional, a presença de representações sociais de poder recheadas de dominação, através da existência de micropoderes, dispositivos legais que permeiam as relações de competitividade, da racionalidade instrumental que é base estruturante do currículo, fazendo da prática pedagógica, muitas vezes, tradução de uma violência simbólica, na medida em que tenta nomear e classificar todos os significados como algo legítimo a todos, negando às relações de forças subjacentes existentes.

A educação não é apenas espaço de reprodução, de fabricação em série de protótipos humanos. Em sua ambiência, nos relacionamentos pedagógicos há que se ter presente, sua função social e a partir dela, criar formas de atuação que questione e problematize o que está posto, acabado, assumindo com isso, as pequenas ações em prol da garantia de uma qualidade de formação na construção da identidade do ser humano. Escolhas conscientes contribuem para uma transformação das práticas cotidianas.

FOUCAULT, em Microfísica do Poder escreve:

> "Nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar cotidiano, não forem modificados". (Michel, Foucault, 2007, pág.: 104.)

Isto se apresenta perfeitamente escrito e transcrito no cenário da Escola, não precisamos necessariamente o Estado, o sistema educacional como um todo, mas, através de mudanças elementares, simples, cotidianas, na forma com que aprendemos, praticamos o Mundo, o Estado por si só deixa de ter a representação, importância e necessidade que hoje se auto-impõe. Historicamente, a educação no passado era "propriedade privada" de poucos, a serviço de uma sociedade minoritária detentora do poder. Hoje, ela pode lutar e trabalhar para vislumbrar outra forma de pensar e fazer educação.

Não podemos ter uma visão romântica a respeito do sistema de ensino, sabemos que ele constitui formas de expressão do poder do Estado no que tange o gerenciamento da educação em nosso país, onde o poder do Estado está a serviços dos interesses da

classe dominante dos meios de produção econômica. É verdadeiro também, que esse gerenciamento é realizado pelos educadores, que recebem do Estado esse poder e que o executam com muita propriedade.

A educação se constrói a partir da vivência das relações humanas, daí o conceito de espaço social que lhe é atribuído.

No pensamento de Freire, 1987, a Matéria Prima da Aprendizagem são as relações. Não se ensina nada a ninguém: deixa-se com a pessoa com quem se entra em contato "uma porção de nós mesmo".

Entendendo o homem como um sujeito histórico, resta, tão somente, à Escola valorizar a historicidade de cada educando, sentido-o como um ser único e singular, imbuído de experiências múltiplas e diversificados significados em seu agir no mundo.

Sendo assim, a Escola é entendida como um espaço privilegiado de relacionamentos entre sujeitos, e cabe à mesma o desafio de facilitar à comunicação entre estes, de forma pacífica, solidária, reflexiva e menos invasiva possível, mais liberto de preconceito e autoritarismo.

> Não basta simplesmente dizer que somos a favor do homem e da humanidade. É preciso resolver e decidir que tipo de professor queremos ser, que relações queremos construir no espaço escolar uma vez que este espaço também é pedagógico: forma, ou deforma, produz ou reproduz, ria ou mata [...] (Paulo Freire, 1987, pág.: 98.)

Conhecer o espaço escolar em seu interior significa mapear cada espaço onde as relações e as interações se dão a nível cotidiano, identificando e percebendo as forças existentes em cada estrutura psíquica de cada sujeito isolado, dentro de uma trama complexa de ações, relações, conteúdos existentes em cada indivíduo, que ora é construído, reconstruído, negado ou modificado.

A escola se constitui num dispositivo legal de controle, como uma grande criação e engenhosidade da época, onde a sociedade é sentida sob o modelo estratégico do poder da disciplina, que é velado sob o pensamento ingênuo da massa: ordem/organização papel social da escola que mantém o respeito à tradição, a individuação e ao doce existir da proteção que a ordem confere!

A escola tem à tarefa e missão de incitar em seus alunos a atitude reflexiva crítica, possibilitando-os fazer escolhas conscientes e transformadoras dentro do senso ideológico de cada um.

O fato educativo é sempre um ato político, onde o homem torna-se sujeito de sua própria ação. A escola delimita suas fronteiras com o discurso velado da "ação educativa", institui normas e valores, informando a seus educandos, o seu modo de existir. Sendo assim, impregna no alunado, suas crenças ideológicas no agir sobre o mundo.

O poder, assim, é parte fundamental na construção do processo democrático, pois, dependendo como ele se constitui e se projeta no cenário social, é que estará ou não trazendo qualidade ao processo de construção da democracia e da cidadania, isto é, de acordo com Gadotti (1984), "ao discurso do poder é preciso opor outro discurso".

Este outro discurso, do qual nos fala Gadotti, oposto à utilização do poder de dominação, sem sombra de dúvida, é o discurso da participação ativa, pois, é só por meio do exercício democrático que chegamos a uma educação democrática e ao uso do poder de forma conjunta e participativa, alicerçada sob o prisma da cooperação, da in-

tegralidade e no consenso e respeito ao diferente, onde todos os sujeitos envolvidos nessa trama escolar possam juntos trabalharem na luta por uma educação mais emancipatória, democrática e cidadã.

Nesse sentido para que haja a descentralização de tomada de decisões, é necessária a participação efetiva de todos, na qual os indivíduos assumam uma consciência de sujeitos históricos, ou seja, sujeitos que estejam construindo sua própria história.

2. As relações de poder na sociedade e no cotidiano escolar.

Vivemos hoje a era da globalização, que nos remete a ideia de vivermos acorrentados a padrões comuns a todos os povos, a todas as culturas e religiões existentes, sob a soberania da ética e da educação, e mais, sob o discurso da "igualdade".

Mas, através de uma leitura mais aprofundada e criteriosa, lançamos mão da dúvida metódica, que nos leva a sair da superficialidade convencional do pensamento simplista, para nos atermos a pensamentos mais incomuns, que nos remetem ao verdadeiro choque de civilizações.

A vivência do trabalho do professor é basicamente direcionada a uma pedagogia de produção, revestida de sofisticados sistemas de comunicação e interação em escala cada vez maior entre o local e o global, o específico e o geral, o provável e o improvável.

Percebe-se, que desde o final do século XX, o conhecimento escolar tem sido visto não mais como um conhecimento mecanicista e repetitivo.

Daí o desafio paradoxal do professor, onde o ato de aprender se torna um processo, uma relação, direcionada a aplicação de conceitos, conteúdos, métodos e princípios, dentro de uma atividade significativa para o sujeito em aprendizagem.

Assim, aprender é processar e articular informações, ao passo que o ato de ensinar, implica em um processo de reconhecimento da qualidade da informação que se quer armazenar ou guardar para si.

A educação, atravessada pela cultura, reflete o conjunto das contradições que permeiam o contexto social. Daí a expectativa de que a escola contribui para a formação de indivíduos críticos, capazes de analisar criticamente a realidade à qual estão inseridos, exercendo sua cidadania, o seu poder de participação.

A educação, com isso, tem um papel fundamental, à medida que faz veicular informações, para que estas se tornem significativas no processo de aprendizagem de cada indivíduo. A aprendizagem neste contexto se caracteriza por ser um processo individual, onde cada aluno se desenvolverá a seu tempo e ritmo próprio.

Assim, ao refletir sobre as relações de poder existentes no espaço escolar, faz-se necessário pontuar e esclarecer que o poder não está num lugar específico, pontual, como por exemplo: o Estado apenas; mas, sobretudo, entender que existem outras relações de poder, e que estas não estão presentes no aparelho estatal.

Conceituar as relações de poder tão somente interligadas ao campo institucional do Estado é cair na visão simplista, onde ver o Estado como ponto de referência do poder, é reduzir e mascarar seu caráter extremamente amplo de discussão.

O Estado é uma instância do poder jurídico e político da engrenagem do poder, mas o poder não se restringe ao Estado tão somente. O poder é algo que permeia as relações, não podendo ser coisificado através de concepções não fundamentadas.

Segundo a abordagem Foucaultiana, as relações de poder se manifestam de variadas formas, não possui um lugar específico, nem sujeitos específicos. Para tal entendimento, é necessário refletirmos nas palavras de Foucault (1995), que:

"Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis (...): que o" outro" (aquele sobre qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abram, diante da relação de poder, todo o campo de respostas, reações, efeitos, intervenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Entender o poder como algo palpável, como uma coisa que se compra, consiste num grande equívoco. O poder não é um bem, mas é algo que se exerce em rede, e nessa rede todos os indivíduos circulam, sendo que qualquer um pode está em posição de ser submetido ao poder, mas também de exercê-lo.

3. As relações de poder no sistema educacional

A educação é o processo de afirmação da humanidade em nós, daí a importância de entender a educação como uma ação formadora e não meramente instrutora, onde educar não é a simples transmissão de conhecimento, mas, sim a transformação do ser, onde o indivíduo modifica-se e modifica o meio social, onde ele cria e recria através das influências que sofre do grupo social.

A educação não é da ordem do acabado, mas sim, do inacabado. Não obstante, cabe a ela, a tarefa de oportunizar condições viáveis para a formação de alunos e professores, através da humanização das relações sociais e do diálogo como prática educativa.

Paulo Freire, (1996. p. 136) afirma que: "O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude. O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história".

Deste modo, a escola enquanto instituição social é vista como instrumento de resposta aos anseios funcionais da sociedade como um todo. Sua missão é atribuída ao desenvolvimento de práticas direcionadas a ação cultural entre os indivíduos ou grupos, através de um trabalho de socialização. A sociologia da educação faz uma análise através da prerrogativa da funcionalidade dos sistemas de ensino, que acabam por renovar as desigualdades que continuam a se manifestar no contexto escolar e pelo cotidiano escolar.

A escola, enquanto espaço de acesso à informação, a assimilação e a socialização, tem o objetivo de torná-las significativas para a vida do aluno. Não basta tão somente reproduzir e repassar de forma mecânica e repetitiva conteúdos e informações.

Cabe a ela, enquanto espaço privilegiado de formação, a construção da subjetividade, que se constitui num ponto de chegada de um complexo processo, de acordo com a configuração sócio-histórica em que se situa, de modo que tal construção busca a articulação das relações de poder que circulam na escola, não somente na relação professor-aluno, mas, sobretudo, discutindo o lugar que a instituição escolar ocupa na configuração social da atualidade.

A instituição escolar fez a faz dessa construção, uma vez que, se por um lado ela é um lugar fundamental na constituição da subjetividade, por outro lado ela também

está inserida num amplo contexto. Nesse sentido, a organização da escola é atravessada e marcada pela configuração social, mas também tem o papel de definir o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber (PRATA, 2005).

No interior da escola, o professor muitas vezes insiste num diagnóstico da indisciplina do aluno a partir do modelo de poder disciplinar em que foi subjugado.

Porém, para os alunos, o docente pode aparecer como alguém ultrapassado, seja em função do domínio tecnológico que os primeiros obtêm como extrema velocidade, ou mesmo em função de postura disciplinar a ele creditada e que espera de seus aprendentes.

Diante disso, pode-se verificar que tanto os professores quanto os alunos influenciam e são influenciados pelo mesmo processo de mudança social.

Assim, o universo escolar é marcado por conflitos, num ambiente que, por um lado reproduz os valores hegemônicos da sociedade, e que por outro, pelos impasses enfrentados em sala de aula, também participa da transformação desses valores, pois é um lugar fundamental na construção dos sujeitos.

Diante do exposto, este estudo volta-se sobremaneira à busca da compreensão de como se dá a construção da subjetividade na escola, identificando as relações de poder contidas neste ambiente, cujos mecanismos são responsáveis por um sistema punitivo, que move a engrenagem que ali estabelece vinculado a uma corrente de pensamento com características padronizadas que intencionalizam condutas, apropriação áreas do conhecimento e de produção humana (FOUCAULT, 2001a, 2007).

Daí porque Foucalt (1997, p. 79) afirma que o poder familiar disciplinar produz comportamentos e melhora o tipo de homem necessário para a manutenção da sociedade, justificando o papel da escola e na construção do poder disciplinar.

Nota-se que os sistemas de ensino são formas de expressão do poder do Estado, no que diz respeito às normas burocráticas e administrativas da Educação. Existe todo um aparato burocrático, definidos em estatutos e regimento, que norteiam as ações e interações dos atores (educadores) dentro da instituição escolar. Tais atores recebem do Estado o poder de gerenciar tais condutas. Com isso, tem-se a idéia de que o que está em jogo é o tipo de gestão que estes trabalhadores da educação conferem ao seu espaço e às suas ações. Os educadores, assim como outros trabalhadores de diferentes áreas de atuação, são levados a agir na dinâmica da hierarquização social do trabalho técnico, desenvolvido na instituição, em especial, a Escola.

O ponto de partida da história é a existência de seres humanos reais que vivem em sociedade e estabelecem relações. Nesta dinâmica vai desenvolvendo-se, educando-se, completando-se até que consiga a busca da superação em si mesmo incansavelmente. Assim, pode-se afirmar que a Educação permite o bom relacionamento entre os seres humanos, auxiliando sempre na construção de uma convivência social pacífica e emancipatória, ao longo da evolução das sociedades.

Analisando a História da Educação, percebemos que ela sempre está direcionada à manutenção da sociedade onde é vivenciada, isto é, a educação é extremamente importante, uma vez que tem a tarefa de permitir a sobrevivência da humanidade, sua evolução e convivência harmônica.

Para Durkheim (1978), a educação, por tratar-se de uma influência exercida das gerações adultas e sobre as mais novas, consiste em um meio de socialização. Por isso ele a considera como um fato social, pois ela não é feita individualmente, como os filó-

sofos imaginavam, mas sim na coletividade. É na interação que se concretiza a formação educativa das novas gerações. É na convivência entre os adultos e os mais novos que se constrói tanto o ser individual quanto o ser social em cada indivíduo.

Diante deste conceito, não devemos pensar na ideia de que nada muda, de que existe um inconformismo social que se auto impõe e que as influências externas, ás quais, a escola está sujeita nada possibilitará o avanço e a mudança.

Nessa medida, podemos dizer que, se por um lado a escola reproduz os valores hegemônicos a sociedade, por outro, pelos impasses enfrentados em sala de aula, ela também participa da transformação desses valores, pois é um lugar fundamental na produção de sujeitos, sejam professores ou alunos.

É no espaço sagrado chamado de sala de aula, que se constroem relacionamentos entre os indivíduos, onde o diálogo é fundamental para prover tal relação.

Educador e educando devem ser sujeito do diálogo. E, da mesma forma que não deve ser autoritário, o educador não deve ser licencioso, deve assumir sua autoridade e educar para possibilitar o exercício responsável e racional da liberdade, a fim de que a autonomia possa ser gestada. O professor deve exercer um comando que demonstre sua paciência, persistência, capacidade de argumentação e diálogo e, principalmente, experiência e inteligência. Sabemos que é fácil pensar, refletir, debater, difícil é agir. E que para fazer, precisa ter conhecimento e para mudar é necessário saber como e o que mudar. É preciso que fique clero que nada se transforma sem ação.

Analisar as relações de poder na escola será relevante, uma vez que a própria palavra Educação tem sua origem na relação e não se educa no vazio, é preciso à presença do outro. Somente humanos são educados, se constituindo assim, como seres relacionais. Ao pensar a educação sob este prisma, vemos que o processo educativo só existe através da relação e da inter-relação com o sujeito cognoscente.

A educação se faz presente sob várias formas, em diversos ambientes, sejam eles institucionalizados ou não.

Contudo, as ideologias absolutistas provocam, não raro, a invisibilidade destas experiências educativas; reduzindo o papel de educar e instruir apenas à escola, instituição que causa historicamente, uma ruptura entre a “leitura do mundo” e a leitura das palavras, ocasionando assim a mecanização e a memorização do ensino.

Não se pode pensar que o processo de aprendizagem está restrito inteira e unicamente ao especo de sala de aula, pois, a educação está vinculada aos processos formativos que ocorrem no meio social, onde o educador também é educando, já que todos pensam, refletem, dialogam e transmitem experiências e conhecimentos, mesmo na forma não sistematizada, como lembra Freire (1996, p. 25). “Quem ensina aprende ao ensinar e, quem aprende ensina ao aprender”.

Refletir sobre as relações de poder no cotidiano escolar, nos remete a ideia de um tipo de “gestão de classes” nos espaços escolares, que muitas vezes, pode se dá de forma autoritária ou democrática (participativa).

Para Foucault (2004), no que tange a compreensão do poder, não existe o “poder”, mas sim relações de poder, que através de seus mecanismos atua como uma força coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos. O poder é composto por relações dispersas em toda a sociedade, todos são sujeitos e objetos de poder. O que se faz necessário é estudá-lo no ponto em que se implanta e produz seus efeitos reais. E que efeitos ele causa nos determinados grupos sociais. Nesse contexto, demos suas pesquisas

onde ele descreve o papel do poder, especificadamente, a disciplina, na formação histórica de instituições como o presídio, o hospital, a escola e a fábrica.

As constantes pressões sobre os alunos no ambiente escolar, para que eles estudem; executem suas tarefas e respeitem as normas pré-estabelecidas pela instituição escolar, é parte de um sistema punitivo, normatizador e disciplinar, sob a regulamentação legal de normas regimentais. É exercido com isso um poder aparentemente impessoal, apoiado nas ordens e leis vindas dos órgãos administrativos do sistema de ensino.

Ademais, pode-se pensar no ambiente de uma sala de aula, onde visualizamos: carteiras enfileiradas, com alunos em ordem e uniformizados; o horário de entrada para a aula e de saída cumprindo com rigor para um melhor aproveitamento do tempo; carteiras distribuídas lado a lado para evitar a comunicação entre os alunos; muros altos e portões fechados, evitando pouco acesso ao mundo externo. Toda essa estrutura é necessária para que haja o monitoramento escolar como forma de controle e vigilância aos alunos. Todos esses métodos utilizados pelo poder da disciplina escolar, permitem um controle minucioso sobre o corpo do cidadão, através dos exercícios de domínio sobre o tempo, espaço, movimento, gestos e atitudes, com uma única finalidade: produzir corpos submissos, exercitados e dóceis.

Criar espaços funcionais e hierárquicos, "(...) trata-se de organizar o múltiplo de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo, trata-se de lhe impor uma ordem" (FOUCAULT, 2004, p. 135).

O sujeito que se institui por meio da escola é o produto concreto da relação entre o cruzamento do poder e saber, pois, o próprio poder produz os saberes. Assim, a subjetividade vai se constituir a partir do intercruzamento dessas dimensões, interna e externamente ao sujeito, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, consequentemente, entre indivíduo e sociedade.

4. De qual cidadania estamos falando?

Ao abordar o tema sobre cidadania, refletimos sobre a condição de pertencimento de um indivíduo (detentor de direitos e deveres) a uma comunidade ou grupo político. A legitimação destes direitos configura a cidadania, ao mesmo tempo em que tornam os indivíduos em cidadãos, garantidos pela efetivação do poder institucional.

A cidadania é, portanto, o exercício de uma prática política e fundamentadas em princípios como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância, a equidade garantida por normas constitucionais organizadas por uma sociedade de fato. A fim que as relações de convivência se efetive de forma harmoniosa, sob o princípio do respeito. Assim, podemos afirmar que a cidadania é sempre algo de construção, da ordem do inacabado, e não um estado final, finito, pois entendemos o ser humano como um ser em mudança, em processo de evolução constante, na forma de ser e de agir no mundo e sob o mundo.

Sendo assim, a cidadania é entendida como sendo um processo em permanente construção.

Nessa ótica, cabe a nós, nos perguntarmos: como fazer então para que os educadores possam transmitir valores e práticas para nossos alunos, sem limitá-los ou impedi-los de desenvolver sua própria cidadania, num sistema educacional tão hierárquico e punitivo?

A resposta parece bem simplista. Não basta tão somente promover participação e conhecimento de direitos e deveres, individuais e coletivos, é preciso incitar a participação deles (os alunos) para a tomada de decisões, como exercício de uma ação que o oportunize participar de discussões e debates, gerando assim uma ação comum, um sentimento de pertencimento ao grupo a qual ele está integrado, e que tem voz ativa.

Na sociedade atual, teoricamente falando, todos os indivíduos gozam do princípio da liberdade, da oportunidade e de direitos iguais, amparados por um dispositivo legal, representados sob o manto da Constituição Federal, o que remete a ideia de que todos os brasileiros são cidadãos.

Ora, não podemos ter uma visão romântica de que um princípio legal do "para todos" sustenta uma prática vivencial, se refletirmos que vivemos numa sociedade de grandes desigualdades sociais, marcado pela injustiça, pela ausência de comprometimento das instituições públicas, com o dinheiro público, pela negação de direitos, e, pela discriminação histórica.

Pensando sobre o papel da Escola, temos clara convicção de que à escola sozinha não transforma a sociedade, mas é a educação dos bancos escolares que pode possibilitar o trabalho como ato formativo, com a construção da consciência crítica e com o desenvolvimento da autonomia individual e coletivos dos cidadãos.

A educação é o maior projeto de transformação de uma sociedade, por esta razão, Nelson Mandela (1918-1999), dizia que "a educação é arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo".

Assim, a educação é extremamente importante, pois tem a tarefa de permitir a sobrevivência da humanidade, sua evolução e convivência harmoniosa.

Para isso, é fundamental que o educador esteja envolvido afetivamente e politicamente na implementação de seu trabalho, criando estratégias de questionamento e transformação da realidade educacional, a qual fazemos parte, selecionando conteúdos e técnicas programáticas que incitem os alunos a desenvolver o raciocínio lógico, refletir, crítico e criativo, na tentativa de ajudarmos a fazer uma leitura crítica do mundo em sua volta e ora na própria história.

Sabemos que educar nunca foi tarefa fácil, porém, nos dias de hoje, o ato de educar está mais complexo, porque sofre a influência da mídia, das novas tecnologias, de outros modelos políticos, sociais e religiosos, modismos e culturas diversas.

Entendendo o processo educativo como rede de relações, o diálogo e a comunicação, é o cerne de todo e qualquer ato pedagógico e educativo na escola. Assim, educador e educando estabelecem uma relação pedagógica calcado na influência de fatores psicológicos e afetivos, que geram o saber e a aprendizagem intersubjetiva e interpessoal de ambos em exercício.

Podemos considerar então, que as relações presentes no ambiente escolar afetam significativamente todos os envolvidos no processo de escolarização, uma vez que cada educador assume um estilo próprio, uma personalidade diferente, que provoca comportamentos variados nos alunos, devido às experiências didáticas e os resultados da aprendizagem.

Com isso, fica claro que cidadania é entendida como o exercício dos direitos e deveres. E que formar para a cidadania é um desafio inerente à condição da educação, que como instância social, tem a responsabilidade de formar as futuras gerações para o exercício de uma legítima cidadania, entendendo-a como prática consciente de direitos e deveres para o bem comum e a participação social.

5. Educação enquanto instrumento de construção da cidadania

Educar para a cidadania, entendida como missão da escola é construir espaços de comunicação, diálogo e participação efetiva para alunos e demais sujeitos educativos. Assim, há que se questionar as práticas educativas realizadas nas escolas, os discursos ali empreendidos e a intencionalidade real das ações nela executadas. Há conhecimentos que na escola são veiculadas com a discursiva de alicerces às possíveis transformações.

O professor não ensina tão somente no espaço escolar. Ele abre ou fecha perspectivas de mundo para seus alunos. Uma vez que o desafio maior é possibilitar ao sujeito ser construtor de sua história, uma vez que o ser histórico é chamado a desenvolver-se plenamente, em seus aspectos humanos, sociais, culturais, criativo, autônomo, etc... O que contribuem para a construção de uma nova sociedade, mais igualitária e solidária de ser com indivíduos conscientes e atentos a novos diálogos e saberes.

A tarefa do professor hoje é a de auxiliar as crianças e os adolescentes nos seus respectivos processos de construção do conhecimento e do saber.

Educar é um processo dinâmico de ir e vir. É o andar no caminho certo e também na contramão, desvendado enigmas e entrevendo novos mundos. Sobretudo, tal processo não é vivenciado por uma pessoa ou profissional, ele é posto em ação pelo ser humano través de sua condição de reflexão, de pensamento.

Educar-se é ação própria de obter respostas a perguntas que desafiam a curiosidade e entendimento do ser humano em sua essência. O ato educativo se restringe a humanizar o ser humano. Educação é processo, é redação, é construção.

O objetivo do processo educativo é formar indivíduos em sujeitos conscientes, livres e responsáveis. Capazes de fazer escolhas conscientes!

O conceito de cidadania tem que estar disseminado na sociedade, como, ação de vigilância exercida por todos. Assim, falar em formação para a cidadania é expressar a idéia de uma democracia participativa a ações conjuntas e esforços comuns a toda uma sociedade. No que tange a educação, é tarefa de todos os sujeitos educativos implementarem ações que promovam a formação para a cidadania de forma plena, a começar no interior do espaço escolar, através de discussões e tomada de decisões.

Todavia esse discurso deve acontecer de forma real, onde todos os envolvidos no processo educativo possam opinar de forma livre, democrática, intervindo quando necessário na proposta pedagógica, para que juntos, possam construir novos métodos, estratégias e inovações. Buscando formas de transformar a educação em aprendizagem significativa.

Não se educa para a cidadania num discurso passivo. Fez-se necessário vivenciá-la (a cidadania) nos muros escolares, na sala de aula, no espaço de recriação, etc... A educação para a cidadania se sustenta, sob o pilar do pensamento gestaltista, onde o todo é maior do que a soma de todas as partes, ou seja, ela só existe e se fundamenta a nível de coletividade. Uma educação efetiva tem de ser pessoal, autônoma, livre, tendo como referência o ser histórico, situado singular e original. A escola representa uma instituição da sociedade antiga e atual, é nela que a criança se desenvolve enquanto ser social e individual. É um lugar para a formação de significados e para o exercício da cidadania, na medida em que possibilita aprendizagem de formação crítica e criativa, formando cidadãos articulados e participativos de ações entre o Estado e a sociedade civil.

6. Considerações finais

Através do estudo analítico proposto por esta pesquisa acerca da instituição escolar, a qual todos os indivíduos estão inseridos, socialmente, para assim se constituírem sujeitos de sua ação educativa, fica claro e evidente à presença de mecanismos de poder, de força, que permeiam as relações hierárquicas no contexto escolar como um todo. Pode-se perceber que estas relações hierárquicas se dão de forma autoritária, burocrática, desumana e impessoal, ao passo, que no espaço escolar essas relações deviam acontecer de forma autocrática, humana, ética e sob o princípio de uma lisura idealizada.

Assim, pode-se constatar que mesmo estando às portas século XXI; a instituição escolar ainda reproduz as relações de poder existentes na sociedade. E que infelizmente a mesma continua sendo um espaço de enclausuramento e disciplinarização, pois utiliza o espaço e o tempo como forma de disciplinar o aluno, tanto, com as rotinas e as metodologias, só que utilizado uma "outra roupagem como vestimenta". Percebe-se que a sociedade esqueceu que a transformação e crescimento de uma nação se dão através da educação e que é na escola, exatamente em virtude de seu papel determinante na formação da criança e do jovem, que podemos estimular a criatividade e a formação em todas as suas dimensões. Como nos chama a atenção Morim (2001, p. 76): Cabe á educação do futuro cuidar, para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a diversidade não apague a unidade.

A educação deverá ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as esferas do conhecimento.

Assim podemos afirmar que educar não é simplesmente transferir conhecimentos, não se limita ao aspecto cognitivo, mas a formação do ser humano integral.

O fato educativo é um elemento constante na vida do ser humano, na verdade o homem se humaniza através da educação. Isso significa que o homem não é um ser universal, mas um ser histórico, formado a partir de um determinado contexto histórico e social. A educação possibilita ao ser humano de se integrar a sociedade de seu tempo, instrumentalizando o educando para compreender a sua ação no seu contexto.

Com isso, é necessário também ter a consciência de que essa mesma educação que deseduca enquanto reproduz a desigualdade, em outro pode e deve servir para criar a igualdade entre os homens e à pregação da liberdade.

A educação não é uma ideia abstrata, mas um fato social. É um processo resultante de um conjunto de relações entre pessoas, num contexto social real. Observamos bem isso na fala de Paulo Freie (1981, p. 13) "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Isso nos leva a pensar que educação queremos, que formação estamos oferecendo para nossas crianças, jovens e adultos.

A formação para a cidadania é aspecto relevante desta pesquisa, bem como às relações de poder na escola, entendida como espaço de convivência, da aprendizagem, da descoberta de si e do outro. A cidadania aqui é entendida como um exercício e uma busca do conhecer dos direitos e deveres pessoais e coletivos. Vê-se, porém, que a escola ainda não está preparada para formar-se na conquista deste direito. A participação e o diálogo é um dos elementos mais importantes para o exercício efetivo da cidadania. Na escola, essa participação ocorre de forma relativa, uma vez que o aluno não participa de nenhuma decisão no que diz respeito à coletividade.

A educação é tarefa pessoal e instransponível, ocorre de dentro para fora e por ser libertadora do indivíduo, não pode ser impositiva ou massificante; portanto, ela só será criadora e promoverá a subjetividade, enquanto permitir ao indivíduo ser ele mesmo, no sentido de proporciona-lhe fazer escolhas. Ela é tarefa de toda a vivência humana, uma vez que abrange todos os aspectos da personalidade do indivíduo.

A educação, na modalidade de fazer a pessoa construir-se em si mesmo, uma vez que educar é humanizar, contribui para que o ser humano tome consciência dos seus próprios limites e possibilidades, levando-o a construir um lugar na sociedade, não como um mero objeto de grupos, mas como sujeito consciente e transformador da realidade, agindo de maneira autônoma, sem sofrer manipulação de ideias, mas, um agente da história factual, ao mesmo tempo em que se educa em comunhão, através de participação e do princípio do respeito mútuo.

A fundamentação teórica oportunizou conhecer as diferentes literaturas que traduzem um conteúdo focado nas relações de força e poder, bem como analisar com estes mecanismos estão presentes a atuantes, ainda que de forma velada no âmbito do cotidiano da escola.

Dessa forma, a escola e a sala de aula, vistas como espaços de relações, continuam sendo um desafio para educadores e para aqueles que convivem neste mesmo espaço. Nos dias atuais, educar se torna uma ação complexa e desafiadora, uma vez que o ser humano enquanto ser social e histórico, é influenciado, e exerce influência através de suas relações de convivência.

Assim, é importante afirmar e entender que o clima humano constitui e favorece relacionamentos mais saudáveis de igualdade, aproximando as pessoas e favorecendo aprendizagem. Deste modo, conclui-se que é necessário promover relacionamentos mais acolhedores no espaço escolar, bem como da relação conteúdo-aprendizagem, que deve ser significativa, para assim consolidar laços de amizade, até porque não se pode pensar em educação sem afetividade, aproximação, empatia, querer bem, acreditar no outro e tudo isso passa pelo relacionamento, pela interação, pela proposta de grupo.

Chegamos às portas de um novo tempo com a certeza de que na escola, não basta transmitir informações, é preciso educar, o desafio que hoje se auto-impõe ultrapassa a esfera da simples aquisição de conhecimento para dar sentido e aplicabilidade ao qual é aprendido. É assim que as crianças, adolescentes e jovens, por natureza ativa e curiosa, podem tornar-se cidadãos conscientes, críticos e responsáveis. E embora se façam algumas ressalvas, num Brasil onde a educação pública não é valorizada, faz-se necessário lembrar sempre que educamos para liberdade e não para a opressão que também devemos lançar um olhar sobre a realidade mundial, fazendo-nos refletir sobre o nosso futuro onde todos precisam estar preparados para enfrentar os novos desafios que as constantes transformações sociais da realidade os trazem.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 1958-1917. São Paulo. Melhoramento (Rio de Janeiro) – Fundação Nacional do Material Escolar, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____**A sociedade punitiva**. In: Foucault, Michel. Resumo dos cursos do College de France (1970-1982). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____(1999a). **Em defesa da sociedade**. São Paulo. Martins Fontes.

_____**Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____ **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: **uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____ **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001a.

FREIRE, Paulo. P e outros. **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo.** São Paulo: EPU. 1987.

_____**Educação como prática da liberdade**, 16ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 9ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir, **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** 3ª ed. São Paulo. Cortez, 1984.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, 3ª ed. São Paulo, Ed. Cortez, 2001.

PRATA, Maria Regina dos Santos. **A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade.** In: Revista Brasileira de Educação, n.º 28, jan/fev/mar/abr. 2005.